



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**UMA TRAJETÓRIA DOS TRABALHOS MANUAIS
NO CURSO PRIMÁRIO BRASILEIRO:
o nascimento e morte de uma matéria escolar**

Claudia Regina Boen Frizzarini¹⁰⁰

RESUMO

O presente estudo tem como intuito constituir uma trajetória do ensino dos trabalhos manuais no curso primário brasileiro a partir de um olhar comparativo para com a história do ensino dos trabalhos manuais na França. Tendo como fontes primárias de análise os documentos oficiais, na busca de identificar as implicações do ensino de trabalhos manuais nos saberes elementares matemáticos. Amparado pelo ferramental teórico metodológico da História Cultural, utiliza a história das disciplinas escolares e a noção de finalidades para compreender como, a cada momento, os trabalhos manuais se modificam e se consolidam no curso primário brasileiro, desde a criação da matéria escolar Trabalhos Manuais até seu declínio traçado pelas artes livres. O olhar às normativas brasileiras em décadas colaborou a identificar as distintas finalidades de tal matéria no curso primário, desde a formação do trabalhador, até o auxílio manual em matérias intelectuais. O diálogo estabelecido entre as normativas brasileiras e estudos já realizados na França permitiram a criação de categorias do ensino de trabalhos manuais, que fomentaram na comparação da trajetória em cada um desses países.

Palavras-chave: Trabalhos manuais. Curso primário. Brasil. França. Estudos comparativos.

¹⁰⁰ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência – UNIFESP, Campus Guarulhos. E-mail: claudiafrizzarini@gmail.com

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a trajetória da matéria escolar Trabalhos Manuais¹⁰¹ são frequentes na França, artigos, dissertações e teses já foram publicados ressaltando a importância dos trabalhos manuais e suas relações com as matérias do currículo escolar. A leitura de tais trabalhos sobre o nascimento e declínio dos trabalhos manuais suscitou a questão: no Brasil essa trajetória seria semelhante?

Com o intuito de responder a tal pergunta, o presente estudo busca traçar uma trajetória dos trabalhos manuais no Brasil, especificamente no curso primário, a partir das normativas oficiais, desde seu primeiro aparecimento nos programas de ensino, sua consolidação como matéria escolar e enfim, até sua morte nos currículos escolares, com olhar atento às finalidades que tal matéria busca exercer a cada momento, e com as relações exercidas entre os Trabalhos Manuais e os saberes matemáticos.

Pertencente ao projeto maior “A dimensão prática e a escolarização dos saberes elementares geométricos”¹⁰², financiado pela FAPESP e sob coordenação da prof. Dra. Maria Célia Leme da Silva, este artigo é um fragmento da construção da pesquisa de doutoramento “Os ‘Trabalhos Manuais’ como matéria do curso primário: saberes matemáticos e a escolarização do fazer” sob minha responsabilidade, com o objetivo de identificar as transformações da trajetória dos saberes matemáticos imbuídos na matéria Trabalhos Manuais e sua influência nas mudanças das finalidades do ensino primário de 1890 a 1970. Tal estudo visa ainda fornecer uma comparação do ensino brasileiro e francês, que já possui vasto ferramental documental e pesquisas sobre a matéria escolar Trabalhos Manuais.

Para isso, este artigo será construído em perspectiva histórica comparativa, amparado pelo ferramental teórico-metodológico advindo da História Cultural, utilizando como principal referencial as noções de história das disciplinas escolares e finalidades (CHERVEL, 1990), que fomentam a compreensão de que a matéria Trabalho Manual não se limita a uma adaptação ou importação de saberes ou de práticas advindos do exterior da

¹⁰¹ A rubrica Trabalhos Manuais, com letras maiúsculas, é utilizada para distinguir a matéria escolar fomentada legislativamente dos trabalhos manuais em si, afazeres proferidos pelas mãos sem qualquer constituição que lhes jurisdicione.

¹⁰² Este projeto é amparado por um projeto ainda maior, denominado “A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: a aritmética, a geometria e o desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970”, com apoio do CNPq e sob coordenação do prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente.

escola, mas se trata de uma matéria construída para a escola e pela escola, e por isso apresenta a cada momento distintas finalidades de seu ensino, mediante a necessidade que a escola incita.

Com o estopim advindo dos estudos já produzidos na França, este estudo será realizado comparativamente a pesquisas francesas que se tornam mais próximas devido ao projeto de cooperação internacional GHEMAT - Université de Paris intitulado: “O ensino de matemática nas escolas primárias nos séculos XIX – XX: Estudos comparativos entre o Brasil e a França” financiado pela CAPES – COFECUB, com coordenação brasileira de Wagner Rodrigues Valente, e francesa de Renaud d’Enfert. O ganho desta experiência estará no tratamento dado às semelhanças e diferenças, permitindo incorrer questões impensadas e possibilitando um novo olhar pelo mesmo objeto, ou seja: “[...] comparamos com o intuito não de nos reconhecermos no outro ou nos diferenciarmos dele, mas sobretudo para entender as próprias singularidades construídas historicamente, as influências comuns, as soluções específicas [...]” (NUNES, 1998, p.107).

Desse modo, o presente artigo se estrutura em duas grandes partes, a primeira em que apresenta considerações sobre os estudos franceses, de modo a fornecer um panorama do ensino de Trabalhos Manuais na França desde sua criação até sua “morte” e posteriormente, na segunda parte, realiza um estudo acerca dos textos legislativos brasileiros fomentando uma trajetória brasileira dos trabalhos manuais, antes mesmo de sua consolidação como matéria escolar, de forma a realizar uma comparação da trajetória do Brasil e da França, sempre com enfoque nas finalidades atribuídas a tal matéria escolar.

ESTUDOS SOBRE TRABALHOS MANUAIS: França

Desde 1836 trabalhos de agulha eram propostos às meninas francesas no curso primário, de forma irregular, marcada pelo complexo jogo de representação coletiva da mulher, em que sua natureza, existência, funções e estatuto eram caracterizados pela missão de cuidar da família, dos filhos, do casamento. Assim, as ocupações da mulher resumiam-se em trabalhos domésticos durante a manhã e trabalhos de agulha à tarde, esses afazeres constituíam a “ciência do casamento” segundo a fórmula de Montaigne, ensinadas nas escolas às meninas sob o nome de economia doméstica (LEBEAUME, 1995).

Em 1867 os trabalhos em agulha finalmente foram incluídos ao programa primário francês, com dois dias de trabalhos manuais, um dedicado ao tricô e outro às lições de costura. Alguns anos depois, em 1898, a legislação escolar trocou os trabalhos em agulha por trabalhos de costura, com uma nova intenção, a de geometrizar as práticas, assim as lições de costura seriam realizadas em cadernos, com desenhos ilustrativos, demonstração da atividade e um pequeno exemplo da costura anexada à lição.

Em 1923 é proposto um Trabalho Manual às meninas que deveria ser utilitário e educativo, conexo à geometria e ao mesmo tempo ligado à costura. No fim dos anos 1970, o Trabalho Manual às meninas é caracterizado pela costura tradicional, revelando novamente a relação da mulher com seus afazeres domésticos e do casamento (LEBEAUME, 1995).

Aos meninos franceses os trabalhos eram outros, as agulhas eram trocadas por ferramentas e materiais diversos. O ensino de trabalhos manuais de meninos foi inserido nas leis escolares francesas durante a Terceira República (1870-1940) com a intenção de promover uma transição amena entre a escola e o mundo do trabalho, de modo a promover uma escolarização da aprendizagem de profissões manuais (d'ENFERT, 2007).

Essa escolarização tornou-se necessária devido a uma “crise da aprendizagem”, traduzida pela degradação das modalidades tradicionais de transmissão de saberes, e pela acentuação da mecanização do trabalho. Assim, o trabalho manual nas escolas incitou a formação polivalente, na transformação de um trabalhador completo.

No início, os trabalhos manuais tinham a proposta de realização em ateliers, nesses os alunos aprenderiam os ofícios com os próprios operários, mas devido à falta de instrução, competência pedagógica, e qualidades morais, o ensino que já era visto como precoce se deteriorou.

Em meados de 1890, René Leblanc inspetor geral, promove um novo tipo de ensino de trabalhos manuais, dito como “elementar” ou “sem atelier”, fundado sobre os exercícios de tecelagem, dobradura, recorte e cartonagem, fortemente ligado às noções de geometria e desenho. A integração dos trabalhos manuais com essas matérias foi dada de modo tão significativo que a matéria Trabalhos Manuais em 1923 é mascarada nos textos oficiais franceses e ganha nova forma, de realização de objetos úteis e decorativos com a finalidade de promover o despertar do pensamento que perdura até 1970. Em 1980 os Trabalhos Manuais têm seu fim declarado na França devido ao advento de uma nova

disciplina, a tecnologia, que ganha as escolas e homogeneíza o ensino tecnológico à formação profissional (LEBEAUME, 2010).

Como se nota, os trabalhos manuais sofreram diversas modificações no ensino francês, desde sua inserção nos estudos primários, passando por seu reconhecimento como matéria escolar, até suas drásticas modificações como matéria intelectual e por fim seu declínio.

OS TRABALHOS MANUAIS NO BRASIL: o início

No Brasil a trajetória do ensino de trabalhos manuais se inicia com a primeira lei de instrução pública, e percorre um longo caminho até ser esquecido nos currículos escolares. Identificar um início e um fim para a matéria Trabalhos Manuais, ou mais ainda para os trabalhos manuais em si a partir de normativas oficiais torna-se uma tarefa complicada devido à extensão do nosso país, na França a maioria da legislação investigada tem caráter nacional, o que de certo modo facilita o olhar ao país num todo.

No Brasil isso não ocorre, existe sim uma legislação nacional, no entanto desde o período imperial legislações específicas regem o ensino de cada um dos vinte e seis estados e do Distrito Federal. Assim, neste artigo a análise as normativas brasileiras só se tornou possível devido ao auxílio tecnológico do *Repositório de Conteúdo Digital da História da Educação Matemática*¹⁰³, uma biblioteca digital de documentos e materiais relevantes à história da educação matemática que vêm sendo alimentada por dezenove estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo; além do Distrito Federal.

Devido a isso, foram consultados para a execução deste trabalho os programas de ensino, decretos, leis, atos, mensagens e relatórios pertencentes às vinte unidades federativas citadas acima.

Os documentos mais antigos do *Repositório de Conteúdo Digital* datam da década de 1820, em que o Imperador além de estabelecer a Constituição Política do Império do

¹⁰³ Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>>. Acesso em 08 de julho de 2015.

Brasil, promulga em 15 de outubro de 1827 a primeira lei da instrução pública do Brasil Império, em que são delimitadas as matérias a serem estudadas nas escolas de primeiras letras:

Art. 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios da moral christã e de doutrina de religião catholica e apostolica romana, proporcionados à comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e história do Brazil.

(BRASIL, 1827, s/p)

Nesta primeira legislação, nota-se que não se apresenta a matéria Trabalhos Manuais, ou qualquer outra promoção de atividades executadas a mão, no entanto nesse mesmo texto normativo no artigo 11.º existe um regulamento às escolas de meninas, nestas as mestras deverão ensinar além do declarado no artigo 6.º, com exceção das lições de geometria e limitando as lições de aritmética às quatro operações fundamentais, prendas que servem à economia doméstica.

O teor dessa norma durou um pouco mais de 25 anos, legislações de Santa Catarina e do Rio de Janeiro (que na época era Distrito Federal do Brasil) iteravam o ensino de prendas domésticas às meninas. Em 17 de fevereiro de 1854 ocorre a primeira Reforma do Ensino Primário no municio da Corte, Rio de Janeiro, e nessa além das atividades instituídas em 1827 foi proposto o ensino de bordados e trabalhos de agulha mais necessários às meninas. Essas diretrizes ressaltam a finalidade do ensino primário feminino, formar a esposa, dona de casa, a mulher e mãe, princípios esses que se reiteram fortemente nas leis francesas já explicitadas anteriormente.

Vinte e cinco anos depois, uma nova Reforma do Ensino Primário é instituída pelo Decreto 7247 de 19 de abril de 1879, também exclusiva ao município da Corte, Rio de Janeiro. Nesse momento, o ensino primário para meninas dispunha de uma nova matéria, Costura simples, que em 1882 é estabelecida como matéria obrigatória às meninas no município do Rio de Janeiro.

Este início dos trabalhos manuais no ensino primário brasileiro, sem ainda a denominação de Trabalho Manual como matéria de ensino em si, e com praticamente execução exclusiva de lições de costura e bordados refletem os primórdios dos trabalhos manuais, direcionados ao sexo feminino e estritamente relacionados à *finalidade* de prover

para o ofício feminino de mãe, esposa e dona de casa, assim como se apresenta na França logo em seu início em 1836, com as noções de trabalhos com agulhas.

OS TRABALHOS MANUAIS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS: formação de um ofício a todos...

Mas quando seriam inseridos no curso primário trabalhos manuais aos meninos? E mais, quando os trabalhos manuais se configurariam como uma matéria escolar?

Com a Proclamação da República em 1889 inicia-se o aparecimento da matéria Trabalhos Manuais. No Rio de Janeiro em 1890 é promulgada uma regulamentação da instrução pública e nessa os Trabalhos Manuais tornam-se matéria obrigatória e exclusiva aos meninos, às meninas são dedicados somente os trabalhos em agulha (que reitera a *finalidade* de conduzir a um ofício feminino).

A partir desse momento, outros estados começam a implementar nas legislações de seus cursos primários o ensino de Trabalhos Manuais, mas cada um o faz de modo distinto. Minas Gerais, por exemplo, em 1893 institui que Trabalhos Manuais somente será feito pelos meninos e tais atividades ocorrerão durante o recreio em dia próprio para não prejudicar as aulas, e as meninas terão exercícios de prendas, trabalhos em agulha e economia doméstica aos sábados, dia dedicado exclusivamente a tais ofícios.

O Regimento de São Paulo de 1894 apresenta uma abordagem distinta, a matéria Trabalhos Manuais é destinada a ambos os sexos, e a partir do segundo ano existem trabalhos acrescidos às meninas (trabalhos em agulha). Na Bahia no ano de 1895 os Trabalhos Manuais são indicados a ambos os sexos com diferenciação do trabalho para as meninas (tricô e elementos de costura) e os meninos (exercícios sobre papel e cartão), nos quatro anos do curso primário, com a mesma quantidade de horas de ensino que matemática e desenho, o que ressalta a crescente importância no ensino dos trabalhos manuais.

Na primeira década de 1900 as normativas escolares, quase em sua totalidade¹⁰⁴, apresentam em seu texto a adoção do método intuitivo como diretriz ao ensino primário, este que promove a educação em três âmbitos: intelectual, moral e física. Tais preceitos

¹⁰⁴ Nesse período foram analisadas normativas dos estados do Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, disponibilizadas no Repositório.

inserem definitivamente a matéria Trabalhos Manuais em um patamar, como exemplifica o Regulamento da instrução primária de Minas Gerais datado de 1906: “Art. 4.º A educação physica será realizada não só por meio da gymnastica e exercícios espontâneos, como principalmente por meio dos trabalhos manuaes” (MINAS GERAIS, 1906, p.156).

Em estudo anterior, constatamos que tal denominação não é feita exclusivamente em Minas Gerais, a Revista paulista “A Eschola Publica” em sua 5ª edição datada de 1897 ao apresentar um programa modelo para os Grupos Escolares, coloca a matéria Trabalhos Manuais no campo da educação physica (FRIZZARINI, 2015).

Estudos franceses apontam que a matéria Trabalhos Manuais foi inscrita, logo na sua introdução nas escolas primárias, como uma educação física, que promovia um ensino meramente manual, sem qualquer vínculo com as outras matérias ditas intellectuais, tratava-se de uma ortografia primária da mão acrescida pela iniciação ao gosto pelo trabalho (LEBEAUME, 2010).

Essa caracterização dos Trabalhos Manuais como um ensino físico contribui para compreender a *finalidade* de tal matéria nesse período do Brasil pós Proclamação da República, que se confunde com as *finalidades* do ideário da época, em que o ensino primário tinha como intuito formar o futuro trabalhador

Na história do currículo da escola primária no Brasil, a história do ensino do desenho merece um estudo aprofundado. Juntamente com outros conteúdos, tais como trabalhos manuais, noções de agricultura e horticultura e seus desdobramentos posteriores na década de 1870, com a iniciação ao trabalho e as práticas industriais, comerciais, agrícolas e a educação para o lar, a escolarização desses saberes profissionais, transformados em saberes escolares, revela a natureza da cultura escolar para o povo e as tentativas de instrumentalização profissional do trabalhador, desde o início do seu processo de escolarização.

(SOUZA, 2000, p. 19)

Este olhar para os Trabalhos Manuais como matéria formadora de um ofício tem sua origem em Rui Barbosa, pensador influente e autor de uma imensa obra tratando de vários problemas do país e de um minucioso projeto de educação pública, que em seu parecer sobre a reforma do ensino primário datado de 1883, propõe um programa enciclopédico tendo em vista a formação de uma classe trabalhadora conformada às exigências do desenvolvimento econômico e social do país (SOUZA, 2000).

Outros documentos também disseminam o ensino de Trabalhos Manuais como contribuinte a formação de um ofício. Um exemplo é o Relatório do ensino público do

Espírito Santo, datado de 1910 apresenta Trabalhos Manuais juntamente com as matérias de aritmética, desenho e ciências naturais na formação profissional do aluno.

A década de 1910 apresenta um grande número de programas e legislações que se referem ao ensino de Trabalhos Manuais, nesse período não se vê mais a matéria de prendas domésticas ou costura, essas foram incorporadas aos Trabalhos Manuais referentes à seção feminina, e a maioria dos programas apresenta claramente a distinção dos trabalhos perante o sexo.

Em meados de 1920 programas mais especificados são disponibilizados, não só discriminando os conteúdos a serem estudados, mas direcionando o ensino e os passos da aprendizagem. Em 1925 Minas Gerais oficializa pelo Decreto de nº 6758 seus novos programas para o ensino primário, nestes cada matéria tem suas finalidades comentadas e especificam-se os conteúdos a serem estudados:

O trabalho manual para ambos os sexos, que o programma exige dos professores primários, é destinado a exercitar a observação, habituar as crianças á perseverança do trabalho paciente, educando as mãos, os olhos e o cérebro, no esforço conjuncto de crear, imitar e executar qualquer obra comprehendida. É, por assim dizer, uma preparação, um trabalho embryonario, a ser utilizado, de futuro, nas applicações praticas das profissões e das industrias.

(MINAS GERAIS, 1925, p. 19)

O estado de São Paulo, também em 1925, apresenta um programa com indicações de modo bem detalhado de cada uma das matérias de ensino. Este não especifica tão claramente sua finalidade de instruir para um ofício, mas apresenta uma vasta gama de atividades a serem executadas remetendo sempre a que o professor se preocupe com a utilidade no feitio de cada um dos trabalhos, sendo construídos objetos usuais como pastas, vasos e cestas.

Este período que corresponde a Primeira República apresenta a cada década distintas formas da matéria Trabalhos Manuais, mas dois pontos se mantêm, o primeiro que se refere à *finalidade* do ensino de trabalhos manuais, que reiteram na análise da maioria dos programas examinados, a intenção de constituir um ofício ao aluno, tanto para o menino (com trabalhos em papel, ferro e madeira) quanto para a menina (com trabalhos em agulha e bordados); e o segundo é a distinção de trabalhos para cada sexo, meninos e meninas podem até ter trabalhos em comum, mas a maioria é restrita ao sexo feminino ou masculino, o que itera o ponto anterior ao propor conteúdos específicos à ofícios específicos a cada sexo.

UMA GEOMETRIZAÇÃO DOS TRABALHOS MANUAIS NO BRASIL?

Na década de 1930 uma nova forma de apresentação do trabalho manual é proposta em alguns poucos programas escolares brasileiros. Desde a iniciação da matéria Trabalhos Manuais em 1890, os programas do país inteiro remetem ao ensino com papel, papel cartão, massa plástica, tecidos, madeira e arame na confecção de modelos de sólidos e figuras geométricas, mas não com a finalidade de estudar suas propriedades, mas sim por que essas formas se aproximam do cotidiano do aluno, do mundo do trabalho e das artes. Pode-se dizer que se trata de um ensino da prática para a prática, sem preocupação com a formalização de conceitos.

Inicia-se então uma nova maneira de compreensão das finalidades dos Trabalhos Manuais no currículo escolar primário, com um olhar específico a outras matérias, mais especificamente, geometria e desenho, com a propensão de fornecer um ensino intelectual.

O programa de Sergipe de 1938 apresenta em seu texto de forma clara a indicação de relação dos Trabalhos Manuais com outras matérias do curso primário, como exemplifica a observação ao fim do programa: “O mestre terá o cuidado de praticar esses exercícios, relacionando-os com o Desenho e lições de outras disciplinas.” (SERGIPE, 1938, p. 30). Em 1944 Sergipe reitera o programa de 1938 e o manda observar em um novo decreto.

O estado de São Paulo em 1949 cria um programa exclusivo aos Trabalhos Manuais. Em suas considerações sobre o ensino é expressa a relação entre tal matéria e as demais disciplinas do programa primário, enfatizando que tal aprendizado contribui para fixar melhor os conhecimentos adquiridos em outras aulas.

Minas Gerais, alguns anos mais tarde, também enfatiza essa relação da matéria Trabalhos Manuais com outras matérias do curso primário, em 1957 apresenta um novo programa ao ensino primário elementar, e em um bloco aglutina para discutir as matérias de Desenho e Trabalhos Manuais:

Trabalhos Manuais, Modelagem e Desenho têm uma importância pedagógica que nunca é demais encarecer, em virtude da grande soma de valores que apresentam. São eles, sem dúvida, instrumentos tão indispensáveis à educação integral do aluno, como a palavra e a escrita, visto que são meios de expressão do pensamento, possibilitando, ao lado da educação manual, o desenvolvimento do raciocínio, da atenção, da percepção clara pelo exercício de observação metódica, a formação de hábitos e atitudes desejáveis, além de concorrerem para a fixação de fatos

já compreendidos, concretização de idéias abstratas, motivação para novos estudos, novas indagações, etc.

(MINAS GERAIS, 1957, p.257)

Em um período marcado pela difusão de um novo movimento educacional no Brasil, a Escola Nova a editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, publica diversos volumes que segundo Carvalho (2002), conteriam os esclarecimentos necessários a uma gradativa remodelação da escola segundo os mais modernos preceitos da pedagogia escolanovista. Um volume em especial “A Escola Ativa e os trabalhos manuais” de Corinto da Fonseca, tem sua primeira edição datada de 1929. Neste, o autor expõe que os Trabalhos Manuais são uma orientação educativa e didática com o intuito de tornar mais eficiente o ensino, para mais propõe que seu ensino promove mais que habilidades manuais, mas sim atividade mental.

Esses poucos exemplos obtidos através do Repositório e da indicação de Corinto da Fonseca indicam, de modo preliminar, que a relação dos Trabalhos Manuais como uma matéria dedicada ao ensino intelectual ligado aos conteúdos geométricos pouco se difundiu, principalmente ao se comparar com o ensino realizado na França, em que até a forma da confecção dos trabalhos mudou para se adequar a um ensino intelectual, com desenhos, demonstrações e por fim a construção do trabalho.

Nesse mesmo período em que alguns programas relacionavam-se com o desenho e as outras matérias escolares, outras legislações nacionais apontavam o Trabalho Manual como uma forma de “adestramento das mãos”, de “desenvolvimento neurológico e muscular”, e ainda como provedor dos “hábitos de trabalho, ordem, asseio e economia”. Assim, programas como o de Paraná (1950) promoviam atividades espontâneas e livres, de modo a promover progresso na capacidade de expressão das crianças.

O FIM DOS TRABALHOS MANUAIS?

A última incidência dos trabalhos manuais na legislação presente no *Repositório de Conteúdo Digital* é datada de 1968 e proveniente do estado de São Paulo. Neste programa criado com a intenção de responder: que deve a criança aprender?; o que pode a criança aprender?; quando?; e principalmente, para quê?; A matéria Trabalhos Manuais não está mais presente com essa rubrica, no entanto os trabalhos manuais não desapareceram:

“Iniciação Artística” engloba desenho, canto/música, poesia, teatro/dramatização, trabalhos manuais, jogos/recreação e aquelas atividades que despertem o bom-gosto, agucem a sensibilidade expandam o poder criador. Não há “programa”: a Arte está em tôdas as práticas educativas.

(SÃO PAULO, 1968, s/p)

Como explico na citação, não existe um programa para a área de Iniciação artística, os programas paulistas de 1968 somente apresentam essa delimitação, de um ensino que seja criativo, agradável e sensível. Os trabalhos manuais deixam de ser matéria escolar e são inseridos como conteúdos ou atividades a serem desenvolvidas na área de Iniciação Artística. Fica claro que seu espaço como matéria, com finalidade específica já não se encontra mais, novos tempos, outras demandas. Parece ser este o período de sua morte enquanto matéria escolar...

Os Parâmetros Curriculares Nacionais– PCN são hoje os referenciais de conteúdos e metodologias para a educação em todo o Brasil. Com a função de orientar e adequar professores e equipes pedagógicas de todo o país, os PCN’s buscam contribuir com o professor para rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades e maneiras de avaliar, refletir sobre a prática pedagógica e preparar planejamentos que possam orientar o trabalho em sala de aula (BRASIL, 1997).

No PCN relativo às séries iniciais na área de Artes, um histórico do ensino de arte no Brasil é apresentado logo nas primeiras páginas do documento, e neste os Trabalhos Manuais são evocados como valorizadores das habilidades manuais e dos dons artísticos, dos hábitos de organização e precisão; no entanto trata-se de uma mera lembrança, os Trabalhos Manuais passam a fazer parte do passado, uma “arte” deixada para trás.

CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho buscou traçar uma primeira trajetória da matéria escolar Trabalhos Manuais a partir da análise de normativas brasileiras desde a primeira lei sobre a instrução pública, datada de 1827, até sua “morte” declarada na década de 1960 e sua mera lembrança como algo do passado nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Um diálogo entre Brasil e França foi traçado em diversos momentos devido à extensa produção já obtida sobre Trabalhos Manuais neste país. Esse olhar comparativo permite inferir categorias ao ensino dos trabalhos manuais: Ensino de trabalhos sem

normatização; Ensino exclusivo às meninas de trabalhos em agulha; Desenvolvimento dos trabalhos em agulha em costura; Criação da matéria Trabalhos Manuais; Relação dos trabalhos manuais com a educação física: formação de um ofício; Relação dos trabalhos manuais com a geometria e outras matérias do curso primário, ressaltando uma educação intelectual; Promoção de um trabalho manual livre; e Morte dos Trabalhos Manuais.

Tais categorias permitem estabelecer uma aproximação do ensino primário brasileiro ao francês, exprimindo distintas finalidades atribuídas ao ensino de Trabalhos Manuais e ressaltando características propriamente brasileiras ao propor desde a criação da matéria em 1890 até muito perto de seu declínio os mesmos materiais empregados no seu ensino, as mesmas técnicas de modelagem, corte, dobradura e cartonagem e a estreita relação com as formas geométricas na confecção de modelos seja para a aprendizagem de um ofício, para o adestramento da vista e das mãos, para compreensão de noções abstratas ou ainda para adquirir o gosto pela perfeição.

Mais ainda, essas categorias podem direcionar um caminho a ser seguido na análise de outras fontes, de modo a verificar se estes momentos se confirmam no exame de livros didáticos, revistas educacionais, manuais de ensino, cadernos de alunos dentre outros inúmeros documentos.

O nascimento e a morte dos Trabalhos Manuais foram identificados, resta-nos agora preencher esse intervalo, compor uma história do ensino dos Trabalhos Manuais no Brasil e sua trajetória na constituição dos saberes elementares matemáticos a partir das distintas finalidades colocadas a esta matéria no curso primário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Ato de 04 de outubro de 1895. Regulamento do ensino primário do estado da Bahia. Atos do Governo do Estado de Janeiro a Dezembro de 1895, 1895. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122519>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 54 Vol. 1 pt. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38389-15-outubro-1827-566674-publicacaooriginal-90212-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879, Página 196 Vol. 1 pt. II. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: artes. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, M. C.; KULMANN JR, M. (Orgs.) Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002. p. 373-408.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n. 2. Porto Alegre, RS, 1990.

d'ENFERT, Renaud. L'introduction du travail manuel dans les écoles primaires de garçons, 1880-1900. In: Histoire de l'éducation, n° 113, janeiro, p. 31-67, 2007.

ESPIRITO SANTO. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente do Estado Dr. Jeronymo de Souza Monteiro. Imprensa Estadual: Vitória, 1910. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123829>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FRIZZARINI, Claudia Regina Boen. Os Trabalhos Manuais e os saberes matemáticos: uma educação physica segundo a revista paulista A Eschola Publica (1896-1897). In: XII Seminário Temático. Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971). Curitiba, 2015. Disponível em <http://www2.td.utfpr.edu.br/seminario_tematico/ANAIS/6_FRIZZARINI.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Lebeaume, Jöel. La transformation des travaux d'aiguille en leçons de couture ou la constitution d'un réseau de pratiques scolaires cohérentes. Spirale, n° 14, p. 103-136, 1995.

_____. Travail manuel, technologie. In Jacquet-Francillon, François; d'Enfert Renaud & Loeffel Laurence (Dir.) Une histoire de l'école. Anthologie de l'éducation et de l'enseignement en France XVIIIe-XXe siècle. Paris: Retz, 2010.

MINAS GERAIS. Decreto n. 0655 de 17 de outubro de 1893. Promulga o regulamento das escolas e instrução primária. Coleção das leis e decretos do estado de Minas Gerais em 1893, 1893. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/121622>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Decreto n. 1960 de 16 de dezembro de 1906. Regulamento da Instrução Primária e Normal do estado de Minas. Imprensa oficial do estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1906. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/121823>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Decreto n. 6758 de 01 de janeiro de 1925. Aprova os programas do ensino primário. Coleção das leis e decretos do estado de Minas Gerais em 1925, 1925. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122339>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Programas (Ensino Primário Elementar). Secretaria da Educação Estado de Minas Gerais. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1957. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124732>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

NUNES, Clarice. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. Rev. Fac. Educ. [online] vol.24, n.1, pp. 105-125, 1998.

PARANÁ. Curso primário – Programas experimentais. Imprensa oficial do estado de Curitiba: Curitiba, 1950. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/117113>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 981 de 08 de novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124972>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SÃO PAULO. Decreto n.º 248, de 26 de julho de 1894. Aprova o regimento interno das escolas públicas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1894. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99544>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA. Programa de Ensino para as Escolas Primárias de 1925. São Paulo: Serviço Técnico de Publicidade, 1941. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99651>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. Programa para o ensino primário fundamental comum de desenho, trabalhos manuais e economia doméstica, canto, educação sanitária e educação física. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo limitada. (Ato 65, de 29 de agosto de 1950.), 1950. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/104778>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Secretaria de Educação. Departamento de Educação. Chefia do Ensino Primário. Programa da Escola Primária do Estado de São Paulo – Nível 1 e 2. São Paulo, 1969. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/104788>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SERGIPE. Programa para o ensino das Escola Primárias Publicas e Particulares do Estado. Imprensa Oficial: Aracaju, 1938. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/116815>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Programa para o ensino das Escola Primárias Publicas e Particulares do Estado. Imprensa Oficial: Aracaju, 1944. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/116816>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 51, p. 33-44, 2000.